



Qualis B4 ISSN: 2675-0236

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social



O Lugar da *Política* na Filosofia Política de Aristóteles

The Place of Politics in Aristotle's Political Philosophy

ARK: 44123/multi.v6i12.1310

Recebido: 12/09/2024 | Aceito: 26/11/2024 | Publicado *on-line*: 10/12/2024

Gustavo Javier Castro¹

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil
E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri²

<https://orcid.org/0000-0002-7398-7905>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil
E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro³

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil
E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Resumo:

O artigo visa analisar os principais conceitos da filosofia política de Aristóteles, especificamente como foram desenvolvidos na sua obra denominada *Política*. Nessa obra, o filósofo trata da natureza, formação e finalidade do Estado. Aristóteles responde que o homem é, por natureza, um animal político, quer dizer, sua condição política é o que define sua humanidade. Finalmente, descreve-se o *critério* usado pelo filósofo para analisar as diversas formas de governo e para distinguir formas boas e más de governo.

Palavras-chave: Lugar da Política. Filosofia. Aristóteles.

¹ Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UNB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

³ Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

Abstract:

The article aims to analyze the main concepts of Aristotle's political philosophy, specifically as developed in his work entitled Politics. In this work, the philosopher addresses the nature, formation, and purpose of the State. Aristotle argues that man is, by nature, a political animal, meaning that his political condition is what defines his humanity. Finally, the criterion used by the philosopher to analyze the various forms of government and to distinguish between good and bad forms of government is described.

Keywords: *Place of Politics. Philosophy. Aristotle.*

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo estudar os principais conceitos da filosofia política de Aristóteles, um dos mais importantes e influentes pensadores da civilização ocidental, especificamente na sua obra denominada *Política*.

Em primeiro lugar, apresenta-se de forma sucinta aspectos da vida de Aristóteles que servem para entender sua complexa caminhada intelectual. Dentro desse apartado se apresentam de forma superficial algumas das áreas de interesse do filósofo ao longo da sua vida acadêmica.

Em segundo lugar, trata da natureza, formação e finalidade do Estado. Aristóteles mostra que a família é a primeira forma de organização natural e que visa a sobrevivência da espécie humana. Com o tempo, várias famílias formam uma *aldeia*, uma sociedade maior que se organiza em torno do *cuidado mútuo e da cooperação*. As aldeias, por sua vez, dão origem à *polis* -a cidade-Estado-, que Aristóteles também considera um produto da natureza. A *polis* é a culminação do processo *natural* de organização humana e que tem a faculdade de bastar-se a si mesma. Uma entidade organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar da coletividade como um todo.

Em terceiro lugar, analisamos um dos princípios essenciais do seu pensamento que é a ideia de que todas as coisas se dirigem a uma finalidade, a um fim. Aristóteles responde que o homem é, *por natureza*, um *animal político*, quer dizer, sua *condição política é o que define sua humanidade*. É somente na Pólis, na convivência com outros homens, que o ser humano pode exercer o que há de mais precioso nele: a sua razão.

Por último, descreve-se o *critério* usado pelo filósofo para analisar as diversas formas de governo e para distinguir formas boas e más de governo. Segundo ele, *governos bons* buscam a felicidade geral, o bem comum, enquanto *governos maus* atendem a interesses particulares.

2. Quem foi Aristóteles e quais suas áreas de interesse intelectual

Aristóteles (em grego antigo: Ἀριστοτέλης; Estagira na Macedônia 384 a.C. -Atenas, 322 a.C.) foi um filósofo macedônico, aluno de Platão e professor/tutor do Alexandre, o Grande. Seus escritos abrangem diversos assuntos, como a física, a metafísica, as normas da poesia e do drama, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia e a zoologia. Juntamente com Platão e Sócrates (mestre de Platão), Aristóteles é visto como um dos fundadores da filosofia ocidental. No século 3 a.C. torna-se tutor de Alexandre da Macedônia, na época com 13 anos de idade, que será o mais célebre conquistador do mundo antigo. Em 335 a.C. Alexandre assume o trono e Aristóteles volta para Atenas, onde funda sua própria escola de filosofia, o Liceu.

Aristóteles era natural de Estagira, na Trácia, sendo filho de Nicômaco, amigo e médico pessoal do rei macedônio Amintas III, pai de Filipe II. É provável que o interesse de Aristóteles por biologia e fisiologia decorra da atividade médica exercida pelo pai e pelo tio, e que remontava há dez gerações.

Com cerca de 16 ou 17 anos partiu para Atenas, maior centro intelectual e artístico da Grécia e, como muitos outros jovens da época, foi para lá prosseguir os estudos. Duas grandes instituições disputavam a preferência dos jovens: a escola de Isócrates, que visava preparar o aluno para a vida política, e Platão e sua Academia, com preferência à ciência (*episteme*) como fundamento da realidade. Apesar do aviso na entrada da escola platônica de que, quem não conhecesse Geometria ali não deveria entrar, Aristóteles decidiu-se pela academia platônica e nela permaneceu vinte anos, até a morte de seu mestre, Platão.

Em 347/8 a.C., com a morte de Platão, a direção da Academia passa a Espeusipo que começou a dar ao estudo acadêmico da filosofia um viés matemático que Aristóteles (segundo opinião geral, um não-matemático) considerou inadequado, de modo que deixa Atenas e se dirige, provavelmente, primeiro a Atarneu, convidado pelo tirano Hérmiias e, em seguida, a Assos, cidade que fora doada pelo tirano aos platônicos Erasto e Corisco, pelas boas leis que lhe haviam preparado, obtendo com isso grande sucesso.

Durante 347 a.C e 345 a.C, dirige uma escola em Assos, junto com Xenócrates, Erasto e Corisco e depois em 345/344 a.C. conhece Teofrasto e com sua colaboração dirige uma escola em Mitilene, na ilha de Lesbos e lá se casa com Pítias, neta de Hérmiias, com quem teve uma filha, também chamada Pítias e um filho, Nicômaco. Em 343/342 a.C Filipe II escolhe Aristóteles como educador de seu filho Alexandre, então com treze anos, por intercessão de Hérmiias. Pouco se sabe sobre o período da vida de Aristóteles entre 341 a.C e 335 a.C, e se questiona ainda o período de tempo da tutela de Alexandre, já que alguns estimam em apenas dois ou três anos e outros em sete ou oito anos.

Em 335 a.C. Aristóteles funda sua própria escola de filosofia em Atenas, em uma área de exercício público dedicado ao deus Apolo Lykeios, daí o nome Liceu. Os filiados da escola de Aristóteles mais tarde foram chamados de peripatéticos. Os membros do Liceu realizavam pesquisas em uma ampla gama de assuntos, os quais eram de interesse do próprio Aristóteles: botânica, biologia, lógica, música, matemática, astronomia, medicina, cosmologia, física, história da filosofia, metafísica, psicologia, ética, teologia, retórica, história política, do governo e da filosofia política, retórica e as artes. Em todas essas áreas, o Liceu coletou manuscritos e assim, de acordo com alguns relatos antigos, se criou a primeira grande biblioteca da antiguidade.

Em 323 a.C, morre Alexandre e em Atenas começa uma forte reação antimacedônica. Por esse motivo, por causa de sua ligação com Alexandre, Aristóteles foge de Atenas e se dirige a Cálcidas, onde sua mãe tinha uma casa, afirmando "eu não vou permitir que os atenienses pequem duas vezes contra a filosofia", referência explícita ao julgamento e à morte de Sócrates em Atenas. Aristóteles morreu em Cálcis, na ilha Eubéia de causas naturais em 322.C., antes nomeou como chefe executivo seu aluno Antípato e deixou um testamento em que pediu para ser enterrado ao lado de sua esposa.

2.1.A Lógica

A Lógica de Aristóteles, que ocupa seis de suas primeiras obras, constitui o exemplo mais sistemático de filosofia em dois mil anos de história. Sua premissa principal envolve uma teoria de caráter semântico desenvolvida por ele para servir de estrutura para a compreensão da veracidade de proposições. Foi por meio de sua lógica que se estabeleceu a primazia da lógica dedutiva. Aristóteles sistematizou a lógica, definindo as formas de *inferências* que eram válidas e as que não o eram - em outras palavras, aquilo que realmente decorre de algo e aquilo que só aparentemente decorre; e deu nomes a todas essas diferentes formas de inferências. Por dois mil anos, estudar lógica, significou estudar a *lógica de Aristóteles*. 000

2.2. Física

Aristóteles não reconhecia a ideia de inércia porque ele imaginou que as leis que regiam os movimentos celestes eram muito diferentes daquelas que regiam os movimentos na superfície da Terra, além de ver o movimento vertical como natural, enquanto o movimento horizontal requereria uma força de sustentação. Ainda sobre movimento e inércia, Aristóteles afirmou que o movimento é uma mudança de lugar e exige sempre uma causa, o repouso e o movimento são dois fenômenos físicos totalmente distintos, o primeiro sendo irreduzível a um caso particular do segundo. No livro II, do seu livro *Do Céu*, afirma explicitamente que quando um objeto se desloca para seu estado natural o movimento não é causado por uma força, assim ele afirma que o movimento daquilo que está no processo de locomoção é circular, retilíneo ou uma combinação dos dois tipos.

2.3. Química

Enquanto Platão, seu mestre, acreditava na existência de átomos dotados de formas geométricas diversas, Aristóteles negava a existência das partículas e considerava que o espaço estava cheio de *continuum*, um material divisível ao infinito. Sua obra *Meteorologia*, sintetiza suas ideias sobre matéria e química, usando as quatro qualidades da matéria e os quatro elementos. Ele desenvolveu explicações lógicas para embasar várias das suas observações da natureza. Para Aristóteles a matéria seria formada, não a partir de um único, mas por quatro elementos: terra, água, ar e fogo, mas existiria sim um substrato único para toda a matéria, mas que seria impossível de isolar - serviria apenas como um suporte que transmite quatro qualidades primárias: quente, frio, seco e úmido.⁴

2.4. Astronomia

Aristóteles concorda com Platão em considerar a astronomia uma *ciência matemática* em sentido pleno, não menos do que a geometria, e também concordava que os movimentos estudados pela astronomia, como diz a *A República*, não se percebem "com a vista". O cosmos aristotélico é apresentado como uma esfera gigantesca, porém finita, à qual se prendiam as estrelas, e dentro da qual se verificava uma rigorosa subordinação de outras esferas, que pertenciam aos planetas então conhecidos e que giravam em torno da Terra, que se manteria imóvel no centro do sistema (sistema geocêntrico).

⁴ A fundação da Alquimia se baseou nos ensinamentos de Aristóteles. Curiosamente ele afirmou que as rochas e minerais cresciam no interior da Terra, assim como os humanos, os mineiros tentavam alcançar um estado de perfeição através do processo de crescimento, a perfeição do mineral seria quando ele se torna-se ouro.

2.5. Biologia

Considerado o *fundador das ciências biológicas* como uma disciplina, Aristóteles deixou obras naturalistas como *História dos Animais*, *As partes dos animais*, *A geração dos animais* e opúsculos como *Marcha dos animais*, *Movimentos dos animais* e *Pequeno tratado de história natural* e muitas outras obras sobre anatomia e botânica que se perderam e tratavam sobre o estudo de cerca de 400 animais que buscou classificar, tendo dissecado cerca de 50 deles. Também realizou observações anatômicas, embriológicas e etológicas detalhadas de animais terrestres e aquáticos (moluscos e peixes) e fez observações sobre cetáceos e morcegos. Embora suas conclusões sejam muitas vezes equivocadas atualmente, sua obra não deixa de ser notável. Seus escritos de biologia e zoologia correspondem a mais de uma quinta parte de sua obra, e nelas trabalha sobre a noção de animal, a reprodução, a fisiologia e a classificação.⁵

Aristóteles foi quem iniciou os estudos científicos documentados sobre peixes sendo o precursor da ictiologia (a ciência que estuda os peixes), catalogou mais de cem espécies de peixes marinhos e descreveu seu comportamento. É considerado como fundamento histórico da evolução da piscicultura e da aquariofilia, separou mamíferos aquáticos de peixes e sabia que tubarões e raias faziam parte de grupo que chamou de Selachē (Chondrichthyes).

2.6. Metafísica

O termo Metafísica não é aristotélico; o que hoje chamamos de metafísica era chamado por Aristóteles de "filosofia primeira", sendo por isso identificada com a teologia (o estudo do Divino). Não é fácil explicar nem discutir a metafísica de Aristóteles, em parte porque está profusamente espalhada por toda a obra, e em parte por uma certa ausência de uma exposição bem detalhada.

2.7. Ética

Alguns vêem Aristóteles como o fundador da Ética, o que se justifica desde que consideremos a Ética como uma disciplina específica e distinta no corpo das ciências. Em suas aulas, Aristóteles fez uma análise do *agir humano* que marcou decisivamente o modo de pensar ocidental. O filósofo ensinava que todo o conhecimento e todo o trabalho visa a algum bem. O bem é a finalidade de toda a ação. A busca do bem é o que diferencia a ação humana da de todos os outros animais.

Para Aristóteles, estudamos a ética, a fim de melhorar nossas vidas e, portanto, sua preocupação principal é a natureza do *bem-estar humano*. Aristóteles segue Sócrates e Platão ao colocar as *virtudes* no centro de uma vida bem vivida. Como Platão, ele considera as virtudes éticas (justiça, coragem, temperança etc), como habilidades complexas racionais, emocionais e sociais, mas rejeita a ideia de Platão de que a formação em ciências e metafísica é um pré-requisito necessário para um entendimento completo do bem moral. Segundo ele, o que precisamos, a fim de viver bem, é uma apreciação adequada da maneira em que os bens tais como a amizade, o prazer, a virtude, a honra e a riqueza se encaixam como um todo.

Para aplicar esse entendimento geral aos casos particulares, devemos adquirir, através de *educação* adequada e *hábitos*, a capacidade de ver, *em cada ocasião*, qual

⁵ Segundo alguns cientistas da atualidade, Aristóteles teria "descoberto" o DNA, por ele identificar a forma, isto é, o *eidos* preexistente no pai que é reproduzido na prole.

curso de ação é mais bem fundamentado eticamente. Portanto, a *sabedoria prática*, a (*phronesis*), como ele a concebe, não pode ser adquirida apenas no aprendizado das regras gerais, mas também deve ser adquirida através da prática (*praxis*). São essas *habilidades deliberativas*, emocionais e sociais as que nos permitem colocar nossa compreensão geral de bem-estar na prática concreta, em formas que são adequados para cada ocasião.

2.8. Política

A política aristotélica é essencialmente unida à moral, porque o fim último do Estado (*polis*) é a virtude, isto é, a formação moral dos cidadãos e o conjunto dos meios necessários para isso. O Estado é um organismo moral, condição e complemento da atividade moral individual, e fundamento primeiro da suprema atividade contemplativa. A política, contudo, é distinta da moral, porquanto esta tem como objetivo o indivíduo, aquela a coletividade. A ética é a doutrina moral individual, a política é a doutrina *moral coletiva*. Desse campo de conhecimento trata Aristóteles precisamente na *Política*. Ele prescreve quais as ciências são estudadas na cidade-estado, e que outros saberes - como a ciência militar, gestão doméstica e retórica - caem sob a sua autoridade. Desde que rege as outras ciências práticas, servem como meios para o seu fim, que é nada mais e nada menos do que o bem-estar humano (*eudaimonia*).

3.A Política em Aristóteles

3.1. Observações preliminares

Como já afirmamos na *Introdução*, este artigo tem como objetivo estudar os principais conceitos da filosofia política de um dos mais importantes e influentes pensadores da civilização ocidental: Aristóteles. Essa análise estará centrada em alguns dos desenvolvimentos conceituais apresentados pelo filósofo especificamente no seu livro *Política*.

Aristóteles é, como assinalamos antes, uma das figuras mais significativas do pensamento ocidental, tanto pela extensão de sua obra quanto pela abrangência de suas reflexões, que perpassam temas como metafísica, biologia, ética e política. Entre seus escritos, um dos mais marcantes é *A Metafísica*, texto que moldou a filosofia ocidental até o século XX. Outro dos seus trabalhos fundamentais, e o que nos interessa especialmente, é a *Política*.(1995)

A influência de Aristóteles transcende o período da Antiguidade grega, especialmente ao ser retomado por pensadores romanos. Dentre eles destaca-se Tito Lívio que, ao estudar Aristóteles, influenciou profundamente pensadores políticos posteriores, como Maquiavel, no início do século XVI. Durante a Idade Média, após a redescoberta de suas obras pelos árabes, Aristóteles voltou a ser central no pensamento europeu, particularmente através de Santo Tomás de Aquino, que reinterpreto o “Filósofo” à luz do cristianismo. Essa releitura deu origem à filosofia tomista-aristotélica, ainda hoje a base da teologia oficial da Igreja Católica Apostólica Romana. Aristóteles, portanto, é uma figura cuja influência atravessa séculos e permeia grande parte do pensamento ocidental. Em termos de impacto filosófico na história da própria filosofia, pode-se dizer que rivaliza e, em alguns aspectos, supera até mesmo o legado de Platão.

Focaremos neste apartado na leitura direta da obra *A Política*, sem intermediários. Nosso objetivo será analisar *diretamente* a própria fonte textual, explorando trechos destacados que consideramos fundamentais. Sabemos que a

leitura filosófica pode ser desafiadora, mas a consideramos um bom exercício reflexivo para enfrentar esse desafio filosófico.

Antes de começarmos, lembraremos do famoso quadro do pintor renascentista Rafael denominado "A Escola de Atenas", onde Platão e Aristóteles aparecem como figuras centrais. Platão, o mais velho, aponta para o céu, simbolizando sua ênfase no mundo das Ideias (*eidōs*). Já Aristóteles, mais jovem, aponta para a terra, indicando seu interesse na realidade concreta. Essas duas posturas refletem suas diferenças filosóficas: enquanto Platão acreditava que a *essência* das coisas, dos entes, estava em um mundo ideal (o mundo das idéias) (Castro, Olivieri e Castro de Lacerda, 2023). Aristóteles sustentava que ela residia nas próprias coisas. Apesar dessas aparentes divergências, ambos compartilham a *visão essencialista* que permeou a metafísica em ocidente até o século XX. Foi somente com o filósofo Martin Heidegger que essa tradição começou a ser profundamente questionada. (Heidegger, 2002)

3.2. A vida política como a melhor expressão da excelência humana

No primeiro capítulo da *Política* Aristóteles trata da natureza, formação e finalidade do Estado. O primeiro parágrafo da obra diz o seguinte:

Como sabemos, todo Estado é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, assim como de toda associação, pois todas as ações dos homens têm por fim aquilo que consideram um bem. Todas as sociedades, portanto, têm como meta alguma vantagem, e aquela que é a principal e contém em si todas as outras se propõe a maior vantagem possível. Chamamo-la Estado ou sociedade política. (ARISTÓTELES, 1995, 11).

Aristóteles inicia sua obra afirmando que "todo Estado é uma sociedade" e que seu princípio é a busca do bem. Assim, todas as associações humanas visam a algum bem ou vantagem. A sociedade política (*polis*), ou Estado, é a maior de todas as associações e tem como objetivo o maior bem possível. A primeira sociedade natural, segundo Aristóteles, é a *família*, formada pela união entre homem e mulher, senhor e escravo. É interessante notar que, na visão grega, a família incluía não apenas o núcleo familiar, mas também os escravos e as propriedades. Essa associação inicial era essencial para a *sobrevivência humana* e surgia de forma *natural*, assim como todas as coisas na visão cíclica dos gregos.

A principal sociedade natural, que é a família, formou-se, portanto, da dupla reunião do homem e da mulher, do senhor e do escravo. O poeta Hesíodo tinha razão ao dizer que era preciso antes de tudo a casa, e depois a mulher e o boi lavrador, já que o boi desempenha o papel do escravo entre os pobres. Assim, a família é a sociedade cotidiana formada pela natureza e composta de pessoas que comem, como diz Carondas, o mesmo pão e se esquentam, como diz Epimênides de Creta, com o mesmo fogo. (ARISTÓTELES, 1995,13).

Com o tempo, várias famílias formam uma *aldéia*, uma sociedade maior que se organiza em torno do *cuidado mútuo e da cooperação*. As aldeias, por sua vez, dão origem à *polis* -a cidade-Estado-, que Aristóteles também considera um produto da natureza. A *polis* é a culminação do *processo natural de organização humana*.

A sociedade que em seguida se formou de várias casas chama-se aldeia e se assemelha perfeitamente à primeira sociedade natural, com a diferença de não ser de todos os momentos, nem de uma frequência tão contínua. Ela contém as crianças e as criancinhas, todas alimentadas com o mesmo leite. De qualquer modo, trata-se de uma colônia tirada da primeira pela natureza. (ARISTÓTELES, 1995, 13).

Vamos continuar, então, com o parágrafo da *Política* onde Aristóteles nos narra como surge, propriamente, o *Estado*. A sociedade formada pela reunião de várias aldeias e tribos -lembramos de que nas aldeias habitam as tribos- constitui a Cidade, que tem a faculdade de bastar-se a si mesma. Portanto, estamos falando da cidade entendida como pólis, ou cidade-Estado: uma *entidade organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar*.

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar. Esta sociedade, portanto, também está nos desígnios da natureza, como todas as outras que são seus elementos. Ora, a natureza de cada coisa é precisamente seu fim. Assim, quando um ser é perfeito, de qualquer espécie que ele seja - homem, cavalo, família -, dizemos que ele está na natureza. Além disso, a coisa que, pela mesma razão, ultrapassa as outras e se aproxima mais do objetivo proposto deve ser considerada a melhor. Bastar-se a si mesma é uma meta a que tende toda a produção da natureza e é também o mais perfeito estado. (ARISTÓTELES, 1995, 14).

Quando os homens se associam em famílias e, posteriormente, quando as famílias se unem em tribos que habitam as aldeias, o que está acontecendo? Por que essa associação se realiza? Porque é necessário manter a sobrevivência. Apenas *associando-se os homens continuam a sobreviver*. Contudo, há uma diferença importante aqui: a sociedade que chamamos de cidade não nasce apenas para a sobrevivência. Claro, também visa a sobrevivência, mas seu propósito vai além disso: busca o *bem-estar geral*. Mas o que seria este bem-estar? Qual é esse bem maior ao qual esta sociedade, a maior de todas, ou seja, a pólis, se dirige? Que vantagem ou felicidade é essa que só a pólis proporciona aos homens? Esta é a questão central que devemos guardar para analisar se encontramos sua resposta em Aristóteles.

A Pólis, enquanto sociedade, também está inserida nos desígnios da natureza, assim como os seus elementos constitutivos. Interessante notar que, para Aristóteles, o Estado é igualmente um produto da natureza. Aqui, identificamos claramente o que, na teoria política, é conhecido como a *teoria naturalista da origem do Estado*. Há diversas explicações e teorias sobre como o Estado se origina, mas Aristóteles é o pai dessa visão naturalista. Há quatro teorias principais sobre a origem do Estado:

a) Teoria divina: predominante na Idade Média, sustenta que todo poder emana de Deus, sendo os governantes representantes de Sua vontade.

b) Teoria do contrato social: típica da época moderna, considera que o Estado surge de um acordo entre os homens -contrato- para sair de e superar o estado de natureza, que podia ser visto como bom (Rousseau) ou mau (Hobbes).

c) Teoria da força: associada a Maquiavel, defende que o Estado nasce do exercício e das relações do poder.

d) Teoria natural: Aristóteles propõe que o Estado é uma extensão natural do homem como animal político. O Estado surge a partir de uma ordem natural. O surgimento do Estado é uma necessidade da natureza.

É, portanto, evidente que toda Cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política. Aquele que, por sua natureza e não por obra do acaso, existisse sem nenhuma pátria seria um indivíduo detestável, muito acima ou muito abaixo do homem, segundo Homero: Um ser sem lar, sem família e sem leis. (ARISTÓTELES, 1995,14).

Ora, a natureza de cada coisa é, precisamente, seu fim. Esse é um ponto fundamental na filosofia aristotélica, que pode ser caracterizada como finalística. Um dos princípios essenciais do pensamento de Aristóteles é a ideia de que todas as coisas se dirigem a uma finalidade, a um fim. Ele exemplifica com a semente de maçã: tudo o que uma semente faz é direcionado a tornar-se uma macieira, uma árvore que produz maçãs. Seu fim não é transformar-se em uma laranjeira, mas realizar-se plenamente como macieira. Assim, o *fim de algo coincide com sua essência, sua natureza*.

Quando algo atinge sua plenitude -seja um homem, um cavalo ou uma família- dizemos que ele está de acordo com sua natureza. Aristóteles observa ainda que aquilo que mais se aproxima de seu objetivo deve ser considerado o melhor. Assim, bastar-se a si mesmo -a autonomia- é uma meta buscada por toda a produção da natureza e representa o estado mais perfeito.

Então, qual é o fim ao qual o Estado se dirige, que também constitui sua essência e natureza? é uma escolha, mas parte intrínseca de sua natureza. Essa condição nos torna essencialmente políticos, habitantes da pólis.

Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil. (ARISTÓTELES, 1995,14-15)

Na visão aristotélica, o homem possui algo único: o *logos*, a palavra racional, que lhe permite *discutir* o justo e o injusto, o bem e o mal. É essa troca -o "comércio da palavra"- que dá origem à sociedade e ao Estado. Por isso, o homem se associa na pólis não apenas para sobreviver, mas para *bem viver juntos com base em princípios morais*.

Assim, o fim último da sociedade política é alcançar a *felicidade*. Aristóteles afirma que tudo o que fazemos visa, em última instância, a felicidade. Contudo, diferentes culturas têm entendimentos variados sobre o que constitui uma vida feliz. Para Aristóteles, a felicidade está intrinsecamente ligada à *realização plena do homem dentro do Estado*. É apenas no *convívio político* que alcançamos esse *bem maior*.

A Cidade é uma sociedade estabelecida, com casas e famílias, para viver bem, isto é, para se levar uma vida perfeita e que se baste a si mesma. Ora, isto não pode acontecer senão pela proximidade de habitação e pelos casamentos. Foi para o mesmo fim que se instituíram nas cidades as sociedades particulares, as corporações religiosas e profanas e todos os outros laços, afinidades ou maneiras de viver uns com os outros, obra da amizade, assim como a própria amizade é o efeito de uma escolha recíproca. O fim da sociedade civil é, portanto, viver bem; todas as suas instituições não são senão meios para isso, e a própria Cidade é apenas uma grande comunidade de famílias e de aldeias em que a vida encontra todos estes meios de perfeição e de suficiência. É isto o que chamamos uma vida feliz e honesta. A sociedade civil é, pois, menos uma sociedade de vida comum do que uma sociedade de honra e de virtude.

A pergunta que ficou no ar, então: a que Aristóteles está se referindo quando nos diz que apenas na cidade-estado o homem alcança a felicidade, considerada seu fim último? Qual é o significado de felicidade? Voltemos um pouco atrás e lembremos que a filosofia aristotélica é uma filosofia finalística, ou seja, todas as coisas se dirigem a um fim. Esse fim é o bem de cada coisa e, ao mesmo tempo, a sua natureza. Para que algo se realize, se aperfeiçoe e atinja sua perfeição, é necessário que alcance o seu fim. E qual é a nossa natureza? Qual é o nosso fim? O que conseguimos alcançar, precisamente na polis, que nos faz ser o que somos e atingir aquilo que constitui nossa própria natureza? A resposta está na nossa *racionalidade*.

É somente na Pólis, na convivência com outros homens, que posso exercer o que há de mais precioso em mim: minha razão, meu *logos*, minha palavra racional. Na *discussão* e no *diálogo* (dia-logos: palavra compartilhada) com os outros é que me completo, me aperfeiçoo, atinjo o meu bem, minha natureza e, portanto, me realizo como ser humano: alcanço a felicidade. Somente na polis, junto aos demais, consigo exercitar plenamente aquilo que sou: um *animal racional*. Portanto, quando Aristóteles define o homem como um *zoon politikón* (animal político), está, na verdade, reafirmando que o homem é um animal racional. Entende-se, assim, por que ele nos define como animais políticos? Porque é (só) na polis que o homem se aperfeiçoa e alcança aquilo que o conforma como ser humano: sua racionalidade.

Uma vez conformado o Estado e surgida a polis, como ela se organiza? No início, as cidades, assim como ainda ocorre em algumas nações, foram submetidas a governos reais, compostos por grupos de pessoas que viviam sob um monarca. Cada família, governada pelo mais velho como se fosse um rei, mantinha-se sob a mesma autoridade devido à consanguinidade. Homero reflete esse pensamento ao dizer: "Cada um, senhor absoluto de seus filhos e de suas mulheres, distribui lei a todos."

Quando a Polis surge, Aristóteles explica que a primeira forma de governo a aparecer é a monarquia, considerada um desenvolvimento natural, pois, nas famílias e tribos, o chefe -geralmente o mais velho- exercia a liderança. Esse modelo de governo, no entanto, não significa que seja necessariamente o melhor.

“Assim, as Cidades inicialmente foram, como ainda hoje o são algumas nações, submetidas ao governo real, formadas que eram de reuniões de pessoas que já viviam sob um monarca. Com efeito, toda família, sendo governada pelo mais velho como que por um rei, continuava a viver sob a mesma autoridade, por causa da consanguinidade. Este é o pensamento de Homero, quando diz: Cada um, senhor absoluto de seus filhos e de suas mulheres, distribui leis a todos...”

3.3. As Formas de governo e o critério para distinguir as boas formas e as formas más

E o que é o governo? É o exercício do poder supremo do Estado, que pode estar nas mãos de um só, de uma minoria ou da maioria.

Chamamos monarquia o Estado em que o governo que visa a este interesse comum pertence a um só; aristocracia, aquele em que ele é confiado a mais de um, denominação tomada ou do fato de que as poucas pessoas a que o governo é confiado são escolhidas entre as mais honestas, ou de que elas só têm em vista o maior bem do Estado e de seus membros; república, aquele em que a multidão governa para a utilidade pública; este nome também é comum a todos os Estados. (ARISTÓTELES, 1995, 193).

Para Aristóteles, o *critério* para distinguir formas boas e más de governo é claro: *governos bons buscam a felicidade geral, o bem comum, enquanto governos maus atendem a interesses particulares*. O critério platônico para distinguir formas boas e más de governos tem algumas diferenças com o critério defendido por Aristoteles. (Castro, Olivieri e Castro de Lacerda, 2024)

Estas três formas podem degenerar: a monarquia em tirania; a aristocracia em oligarquia; a república em democracia. A tirania não é, de fato, senão a monarquia voltada para a utilidade do monarca; a oligarquia, para a utilidade dos ricos; a democracia, para a utilidade dos pobres. Nenhuma das três se ocupa do interesse público. Podemos dizer ainda, de um modo um pouco diferente, que a tirania é o governo despótico exercido por um homem sobre o Estado, que a oligarquia representa o governo dos ricos e a democracia o dos pobres ou das pessoas pouco favorecidas. (ARISTÓTELES, 1995, 193).

Mesmo a monarquia pode ser justa, desde que o monarca procure o bem de todos. Contudo, quando o governante – seja ele um só, alguns ou muitos – prioriza interesses privados, excluindo outros cidadãos, o governo se torna injusto.

Formas de governo boas incluem:

- a) Monarquia: governo justo de um só.
 - b) Aristocracia: governo justo de poucos, escolhidos entre os mais honestos e preocupado/s com o bem coletivo.
 - c) República (*politéia*): governo justo da maioria, voltado à utilidade pública.
- Já as formas de governo degeneradas são:
- a) Tirania: desvio da monarquia, onde o poder é exercido em benefício exclusivo do tirano.
 - b) Oligarquia: desvio da aristocracia, onde os ricos governam para seu próprio interesse.
 - c) Democracia: desvio da república, onde a maioria (geralmente os pobres) governa em benefício próprio.

Por que a democracia é vista negativamente por Aristóteles? Porque, em sua concepção, ela representa o governo da maioria em prol de seus próprios interesses, ignorando o bem comum e, frequentemente, excluindo as minorias.

A melhor forma de governo, segundo Aristóteles, é aquela que busca o equilíbrio, ou o "justo meio", como ele define na sua *Ética*. Na *Política*, esse equilíbrio

seria alcançado na forma de governo que combina elementos da oligarquia (governo dos ricos) e da democracia (governo dos pobres), resultando em uma sociedade em que predomina a *classe média* – o "ponto de ouro".

4. Conclusões

Ao analisar e justificar na sua obra *Política* a estreita relação entre vida política, uso da razão e excelência humana, Aristoteles sentou as bases conceituais de tudo o debate posterior na filosofia política, sociologia política e ciência política de ocidente até os dias de hoje.

Na atualidade temos diversos filósofos neo-aristotélicos, como Michael Sandel, que defendem teses e conceitos da filosofia política de Aristoteles para debater temas como a justiça, a democracia e os valores morais da nossa época. (Sandel, 2021).

Isso mostra que as idéias políticas que Aristoteles desenvolveu ainda no mundo grego clássico, continuam vivas e atuais no debate político contemporâneo.

5. Referências

ARISTÓTELES. **A Política**. Bauru, SP: EDIPRO, 1995.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CASTRO, Gustavo; OLIVIERI, Alejandro; CASTRO, Lourivânia. O Mundo Dicotômico de Platão como fundamento metafísico da sua teoria das Formas de Governo.

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v. 5, n. 9, jan.-jul., 2023.

CASTRO, G. J.; OLIVIERI, A. G.; CASTRO, L. de L. A Teoria Política Platônica.

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v. 6, n. 11, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/1305>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

SANDEL, Michael. *Justiça: O que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.